

**A MULHER NA VIDA PÚBLICA:
um mapa das moralidades no *Facebook* a partir da cobertura da imprensa
brasileira¹**

**WOMEN IN PUBLIC LIFE:
A map of moralities in *Facebook* from the Brazilian press coverage**

Danila Gentil Rodriguez Cal Lage²
Regiane Lucas de Oliveira Garcêz³
Janine de Kássia Rocha Bargas⁴
Thaís dos Santos Choucair⁵

Resumo: O trabalho investiga os entendimentos morais acerca da participação da mulher na vida pública, desvelados nas conversações informais desencadeadas a partir da postagem de materiais dos media tradicionais em suas páginas do Facebook. Foram analisados os comentários das matérias “As explosões nervosas da presidente” da Revista IstoÉ e “Bela, recatada e do lar” da Revista Veja, que tratavam respectivamente de Dilma Rousseff e Marcela Temer. Para identificar a hierarquia valorativa traçamos um mapa das moralidades sobre a) atividade profissional, b) temperamento e c) relações sociais. São consensos tácitos a visão positiva da mulher como responsável pelo lar e com temperamento discreto na cena pública, e a visão negativa da mulher afeita às emoções, incapaz de atuar na vida política. Desafiam essas concepções a ideia de mulher forte e a possibilidade de escolher a atividade profissional. Por fim, identifica-se que moralidades tidas como ofensivas são capazes de criar laços de identificação que congregam afinidades a fim de instaurar novas gramáticas morais.

Palavras-chave: Media; Facebook; Moralidades; Conversação; Mulheres na vida pública.

Abstract: The paper investigates moral understandings about women's participation in public life, unveiled in informal conversations triggered by the posting of traditional media materials on their Facebook pages. The comments of the articles "The Nerve Explosions of the President" from IstoÉ Magazine and the "Beautiful, demure and housewife" from Veja Magazine, which dealt respectively with Dilma Rousseff and Marcela Temer, were analyzed. To identify the value hierarchy we draw a map of moralities about a) professional activity, b) temperament and c) social relations. The tacit consensus is positive view of the woman as responsible for home and with discreet temperament on the public scene, and negative view of woman shakes the emotions, incapable of acting in political life. These conceptions

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Democracia do VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VII COMPOLÍTICA), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, de 10 a 12 de maio de 2017.

² Professora Adjunta da Faculdade de Comunicação (Facom) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (UFPA/CNPq) e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG) E-mail: danilagentilcal@gmail.com

³ Professora Adjunta do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (DCS/UFMG) e pesquisadora do EME/UFMG. E-mail: regiane.lucas@gmail.com

⁴ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da UFMG e membro do EME/UFMG. E-mail: ninebargas@gmail.com

⁵ Mestranda no PPGCOM/UFMG e membro do EME/UFMG. E-mail: choucair.thais@gmail.com

are challenged by the idea of a strong woman and the possibility of choosing professional activity. Finally, it is identified that moralities considered as offensive are capable of creating bonds of identification that congregate affinities in order to establish new moral grammars.

Keywords: *Media; Facebook; Moralities; Conversation; Women in public life.*

Introdução

A presença cada vez maior das mulheres na política formal – embora ainda tímida e desproporcional em relação aos homens – vem desvelando determinados consensos morais sobre como deve ser essa mulher, se de fato elas devem atuar no terreno da política, quais as atribuições e qualidades elas devem ter. O pano de fundo moral acionado para expressar esses entendimentos revela consensos compartilhados intersubjetivamente, sedimentados historicamente e atualizados na relação entre indivíduos (TAYLOR, 1997).

Neste trabalho, analisamos os consensos tácitos acerca da mulher na vida pública desvelados nas conversações informais no *Facebook* desencadeadas por materiais dos *media*. Partimos do contexto de polarização e acirramento de ideias e valores em dois casos recentes na imprensa brasileira: um envolvendo a, então, presidenta Dilma Rousseff e outro com Marcela Temer, esposa do, na época, vice-presidente Michel Temer.

No primeiro deles, a capa da Revista Isto É, da primeira semana de abril de 2016, estampa a imagem de Dilma Rousseff com o semblante enraivecido e traz a seguinte manchete: “As explosões nervosas da presidente”. A capa menciona ainda “surto de descontrole”, quebra de móveis no Palácio, xingamento de autoridades e ataque aos poderes para concluir: “e [Dilma] perde (também) as condições emocionais de conduzir o país”⁶. A matéria interna trazia uma foto de Dilma, de costas no Palácio, com as mãos levantadas e tinha como título “Uma presidente fora de si” (PARDELLAS; BERGAMASCO, 2016, s/p).

No segundo caso, duas semanas depois, a Revista Veja publicou uma reportagem sobre Marcela Temer⁷, esposa do então vice-presidente Michel Temer,

⁶ Disponível em http://istoe.com.br/edicao/894_AS+EXPLOSOES+NERVOSAS+DA+PRESIDENTE/ . Acesso em 10 abr. 2017.

⁷ Disponível em <http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/> . Acesso em 10

com o título “Bela, recatada e ‘do lar’”. O subtítulo dizia o seguinte: “Quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice” (LINHARES, 2016, s/p). De modo geral, a matéria abordou aspectos do relacionamento de Marcela com Temer (como se conheceram, como foi o namoro, o casamento, informações do filho do casal etc), da formação universitária deixada de lado para se tornar uma mulher “do lar” e de cuidados que ela tem com a beleza. Marcela não aparece como fonte em nenhuma citação direta da reportagem.

Em trabalho anterior (GARCÊZ; CAL, 2013), discutimos de que forma expressões de desrespeito ou preconceito veiculadas nos *media* desvelam questões pouco tematizadas na esfera pública, descortinando consensos tácitos e incentivando o debate público acerca de valores sociais com vistas à ampliação de gramáticas morais (HONNETH, 2003). No presente artigo, consideramos que a repercussão das expressões de desrespeito pode tanto cristalizar e enraizar ideias e valores conservadores sobre a mulher na política, bem como desafiá-los. Para identificar a conformação desses valores, traçamos um mapa das moralidades acerca da participação das mulheres na vida pública particularmente no que se refere à a) atividade profissional, b) temperamento e c) relações sociais.

O *corpus* do nosso trabalho é constituído pelos comentários e respostas nos *posts* dessas duas matérias no *Facebook*, publicadas na páginas da Isto É e outra na da Veja. Nosso *corpus* inicial é composto, ao todo, por 7.378 comentários, sendo 4.963 relacionados ao *post* da IstoÉ e 2.415, ao *post* da Veja, o que engloba todos os comentários a esses *posts* da data de publicação (01/04/2016 e 18/04/2016, respectivamente) até a data em que finalizamos a coleta (02/04/2017). Nosso mapa de moralidades se configura metodologicamente da seguinte forma: 1) a análise de conteúdo para codificar os principais significantes textuais que, agrupados, revelam sentidos e padrões para compreendermos a complexidade da construção de valores e ideias acerca das mulheres na vida pública; 2) e uma análise qualitativa em relação aos *posts* mais comentados. A partir dessa investigação, construímos o mapa das moralidades para compreender o pano de fundo moral que sustenta a discussão contemporânea sobre os papéis atribuído às mulheres na política.

abr. 2017.

O artigo está dividido em cinco seções principais. Na primeira, fazemos uma discussão acerca do lugar dos *media* na constituição de uma *topografia moral das relações sociais*. Na segunda, discutimos nossa compreensão sobre a categoria mulher na vida pública. Em seguida, apresentamos a metodologia utilizada. Na quarta, seção descrevemos os resultados obtidos e, na quinta, apresentamos o nosso mapeamento das moralidades.

1. *Media* e moralidades

O modo como se conformam os entendimentos acerca da mulher na vida pública, suas funções, formas de atuação e comportamentos desejáveis são norteados por aquilo que chamamos de pano de fundo moral. Essas definições são materializações de valores e moralidades previamente constituídos e historicamente sedimentados na vida social. Interessa-nos aqui discutir como, a partir de material dos *media*, elementos centrais da configuração de uma *topografia moral das relações sociais* (TAYLOR, 1997) são reverberados em conversações informais, tais como: a centralidade da linguagem, as interações sociais, a visibilidade e a possibilidade da transformação de novos horizontes éticos e morais.

Na obra de Charles Taylor (1995; 1997)⁸, é central a reconstrução desse pano de fundo moral que serve de guia para as nossas ações cotidianas. Esses sentidos são quase sempre implícitos, expressando-se na maioria das vezes em práticas sociais ou instituições, ao invés de estarem presentes em doutrinas explícitas (SOUZA, 2000). O que constitui esse pano de fundo moral não está na ordem dos desejos ou intenções, mas se relaciona a um mundo de "sentimentos morais" que existe independentemente de nosso desejo ou consciência. A esse pano de fundo moral mais profundo só temos acesso através da reflexão e da auto-reflexão.

Os sujeitos são capazes de promover distinções e fazer avaliações daquilo o que é bom ou ruim, que tem mais ou menos valor. É o que Taylor (1999) chama de avaliações fortes. A habilidade humana de refletir sobre as concepções de bem e hierarquizá-las é ancorada tanto na biografia individual dos sujeitos, quanto na

⁸ Taylor parte de uma perspectiva de ciência que defende o holismo metodológico, uma forma de compreender os fenômenos sociais não de modo isolado, mas a partir de um pano de fundo social e cultural onde os sujeitos estão inseridos (TAYLOR, 1995, 1997). A partir de uma inspiração hegeliana, o autor dá ênfase às inclinações práticas intersubjetivas para além das ordenações estatais ou das convicções individuais.

tradição cultural e linguística na qual o sujeito está inserido.

Conforma-se uma hierarquia de valores que se desdobra e se objetifica a partir dessas moralidades que define o que é importante, válido, digno de vergonha ou de admiração. Ainda que implícitos, esses valores ganham corpo objetivamente por meio da linguagem.

Valores são entidades objetivas e não subjetivas. Eles encontram-se objetivados tanto na língua como em práticas sociais e instituições e é a forma peculiar na qual o sujeito se vincula e reflete sobre esses valores objetivados que constitui sua identidade peculiar. (SOUZA, 2000, p. 100)

Desse modo, as moralidades vão sendo sedimentadas a partir da materialização linguageira do pano de fundo moral, que nomeia, que cria sentidos, que faz circular ideias e práticas sociais e que, para os nossos interesses neste artigo, configura a imagem daquilo que deveria ser a mulher pública na política. As interações sociais fundadas intersubjetivamente e sempre mediadas pela linguagem vão, não apenas configurando uma hierarquia de valores, como também constituindo identidades, visões de mundo e potencializando transformações morais e sociais.

As interações sociais são, desse modo, constituintes das realidades sociais e dessas moralidades na medida em que promovem uma dinâmica relacional que ata sujeitos ao mundo social. O compartilhamento intersubjetivo é aquilo que promove a mediação entre as compreensões individuais, a socialização de valores e a sedimentação das moralidades que conduzem as práticas dos sujeitos.

Tais interações, entretanto, são capazes também de potencializar novos valores e novas hierarquias morais. Ao se tornarem visíveis, determinados entendimentos de mundo alçam a possibilidade de serem contestados e promoverem transformação social e novos padrões de justiça. Por meio das interações sociais mediadas pela linguagem, há um desvelamento de questões outrora invisibilizadas, ligadas à opressão e à desigualdade social e que dizem respeito aos padrões de justiça de uma sociedade. Na arena pública, é possível desvelar elementos morais e questões simbólicas muitas vezes considerados injustos. É o que Taylor (1995) e Markell (2003) chamam de *disclosure*, uma concepção heidggeriana de tornar presente, dar existência.

Desse modo, as transformações sociais, a alteração dos padrões de injustiça e a reconfiguração das hierarquias de valores prescindem de uma visibilidade

dessas moralidades sedimentadas para que elas possam ser desafiadas. Há um potencial reflexivo naquilo que se torna visível (TAYLOR, 1992) capaz de propor novas gramáticas morais (HONNETH, 2003), instaurar o novo (ARENDRT, 1992; MARKELL, 2003) e questionar relações de poder (MCNAY, 2008; CAL, 2016). Não apenas a visibilidade, mas a possibilidade de “um conflito moral entre o sujeito e seu ambiente social” (HONNETH, 2003, p. 141) reverbera nas relações sociais de forma a mobilizar sujeitos que se subjugam às mesmas fontes de opressão.

Nesse cenário, consideramos as possibilidades, tensões e funções que os *media* podem exercer em relação às transformações sociais, sendo um lugar de reprodução de valores, ao mesmo tempo em que possibilita o alargamento das relações de reconhecimento (MAIA, 2012). Como afirma Gomes, os *media* constituem a esfera de visibilidade pública e tornam disponível “uma espécie de quadro do mundo” (GOMES, 2008b, p. 143).

Os *media* - tradicionais ou novos - correspondem ao principal palco dessa esfera de visibilidade, além de permitirem a passagem da estrutura espacial das interações simples para a generalização da esfera pública (HABERMAS, 2003). Possibilitam uma ampla visibilidade e fomentam as interações sociais das mais diversas naturezas, incluindo aquelas que acontecem nas redes sociais online e nas microinterações mediadas. Contribuem sobremaneira para a sedimentação do horizonte das normas morais, tácito e implícito no cotidiano social. Reproduzem rótulos, desvalorização de certos modos de vida, ofensas e moralidades que cercam a configuração da imagem da mulher na vida pública. Por outro lado, também auxiliam na reestruturação dessas normas e podem ser *lócus* de novas gramáticas, pois alimentam debates públicos e concedem espaço para a reflexividade e para novas definições daquilo que é bom e tem valor.

2. A categoria *Mulheres na vida pública*: de quem estamos falando?

Um conjunto de moralidades acerca da divisão sexual do trabalho considera as mulheres responsáveis pelo espaço doméstico e pela reprodução e os homens, pelas atividades econômicas e políticas (ARENDRT, 1992; OKIN, 2008). Segundo Susan Okin, “as mulheres têm sido vistas como ‘naturalmente’ inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família” (OKIN, 2008, p. 308).

Face a esse pano de fundo moral que destina a mulher ao cuidado e à esfera privada opõem-se o entendimento de que as mulheres devem não apenas ocuparem outros postos de trabalho como também os espaços formais de decisão política. “Ausentes das esferas de decisão, as mulheres, enquanto grupo, estão em uma situação desprivilegiada para fazer ver suas experiências e transformar seus interesses em questões políticas legítimas e prioritárias”. (MOTA; BIROLI, 2014, p. 200). Há, portanto, um descompasso entre as mulheres como maioria, inclusive populacional, no país – de acordo com o Censo 2010 do IBGE correspondem a 51% da população –, e os modos simbólicos, políticos e sociais pelos quais são posicionadas na cena pública.

A própria definição do termo *mulher*, e das marcações identitárias que o cercam, compõe um conjunto de moralidades sedimentadas que compreende a categoria *Mulher* como homogênea e plenamente identificável pela distinção biológica. A marcação da categoria *mulher* foi determinante, como identidade política, para gerar solidariedade entre grupos e lançar luz sobre os modos de opressão e dominação vivenciadas por mulheres. Não revela, entretanto, a heterogeneidade interna ao grupo e acaba por reproduzir padrões de opressão e subalternização em relação às diferenças internas (BUTLER, 1998; 2003; SARDENBERG, 2007; MATOS, 2008; BIROLI, 2014; MIGUEL, 2014).

Para algumas autoras feministas, falar em *gênero* seria um modo mais abrangente de abordar a questão e destacar os componentes culturais que participam dos processos de identificação de *mulheres*. Ao invés de partir de características biológicas e distinções daquilo que seria próprio do homem ou da mulher, a compreensão de gênero deve remeter a processos sociais, históricos e culturais que atuam na definição do que seria masculino ou feminino⁹, mantendo ainda o terreno aberto à construção de outros gêneros (MATOS, 2008; SARDENBERG, 2007).

Luis Felipe Miguel (2014a) argumenta que a desconstrução de gênero e a sua desvinculação de sexo afasta o feminismo da sua ação concreta. “Nós *vivemos* um sistema binário de gêneros, historicamente construído, reproduzido de forma

⁹ De acordo com Kofes (1993, p.21), “Gênero seria o conhecimento sobre a diferença sexual. Conhecimento entendido como: sempre relativo; produzido por meios complexos, isto é, por amplos e complexos quadros epistêmicos e referindo-se não apenas às ideias mas também às instituições e estruturas, práticas cotidianas, rituais, enfim tudo aquilo que constituiria as relações sociais”.

cotidiana pelas práticas sociais hegemônicas, na qual cada gênero está intimamente associado a um sexo biológico” (MIGUEL, 2014, p. 81). Gênero seria assim um “desdobramento necessário das diferenças sexuais” (MIGUEL, 2014, p. 81, grifo do autor).

Na mesma linha, Suely Kofes (1993) acredita que a categoria *gênero* não solapa a categoria *mulher*. “gênero seria um instrumento que mapeia um campo específico” (KOFES, 1993, p. 28). Os conflitos entre universalidade – haveria algo de universal na categoria mulher? – e diferença – condições específicas de determinadas mulheres que fazem com que vivenciem a opressão e a subalternidade de modo diferenciado da mulher como categoria universal feminista (negras, latinas, pobres, com deficiência etc) – configuram um campo de disputas e debates (MATOS, 2008).

Frente a esse cenário de tensões e questionamento, como trabalhar neste estudo com as categorias *mulheres* e *gênero*? Em nosso trabalho, interessa compreender uma categoria *Mulher* que contemple as diferenças internas e que seja capaz de indicar, como aponta Chantal Mouffe, “como se transforma a diferença sexual em uma distinção pertinente dentro das relações sociais. Como se constroem relações de subordinação através desta distinção?” (MOUFFE, 1992, p. 373). O desafio é manter uma perspectiva crítica e atenta para que não incorra no aprisionamento das mulheres a definições apriorísticas e essencializantes. Nesse sentido, consideramos, num plano geral, a noção de gênero como elemento que diz das relações de poder envolvidas na constituição social, comunicacional e histórica do que seria o feminino ou o relativo a mulheres. Num plano mais específico, buscamos examinar como a própria categoria mulheres é construída de modo situado a partir das reportagens nos comentários analisados. Compartilhamos, desse modo, da perspectiva de França (2006) sobre a análise comunicacional que trata “do movimento de textos (narrativas, discursos, representações) no contexto das interlocuções. É neste movimento que os sujeitos (agentes e pacientes do processo comunicativo) ganham existência – e é onde podem ser apanhados” (FRANÇA, 2006, p. 86).

3. Procedimentos metodológicos

Para compreendermos a hierarquia valorativa sobre mulheres na vida pública que alimenta as conversações informais relacionadas às matérias da IstoÉ e da Veja postadas no *Facebook* buscamos desenvolver um mapa das moralidades. Recorremos a procedimentos metodológicos que consideram a conjugação de aspectos quantitativos e qualitativos. Num primeiro momento, foi realizada uma análise de conteúdo definida por Kolbe e Burnett (1991, p. 243) “como um método de pesquisa de observação usado para avaliar sistematicamente o conteúdo simbólico de todas as formas de comunicações registradas”. Segundo Bardin (1995), “quando aplicada ao material escrito, o objetivo básico desta análise consiste em reduzir as muitas palavras de um texto a um pequeno conjunto de categorias de conteúdo”. Utilizamos, assim, a análise de conteúdo para codificar os principais significantes textuais que, agrupados, revelam sentidos e padrões para compreendermos a complexidade da construção de valores e ideias acerca das mulheres na vida pública. Num segundo momento, a partir das categorias da análise de conteúdo, foi possível fazer uma análise qualitativa do texto dos comentários, capaz de revelar as moralidades sedimentadas e as concepções que desafiam essas moralidades.

3.1. *Corpus*

Nosso *corpus* inicial era composto pelo conjunto dos comentários às postagens nas *fanpages* das revistas no *Facebook* da capa da IstoÉ com Dilma e da matéria de Veja sobre Marcela Temer: total de 7.378 comentários, sendo 4.963 relacionados ao *post* da IstoÉ e 2.415, ao *post* da Veja, o que corresponde a todos os comentários a essas postagens até a data final de coleta 02/04/2017.

Para definirmos o *corpus* que seria analisado realizamos uma primeira codificação, identificando as postagens por *relevância* (relevante ou irrelevante) e por *tópico* (dentro ou fora do assunto estudado)¹⁰. Foram considerados relevantes aqueles comentários que possuem alguma relação com a temática da matéria. Os irrelevantes, ao contrário, foram aqueles que expressavam apenas interjeições, expressões incompletas ou sem sentido definido, menções a usuários do *Facebook*.

¹⁰ O material foi analisado por duas codificadoras, utilizando o software NVivo, versão 11, também utilizado para o cruzamento de dados e produção dos gráficos.

Por exemplo: “kkkk...”, “meu deus”, “nossa!”.

Já o código *tópico* indica se o comentário analisado está dentro do assunto que estamos tratando neste estudo: as moralidades relacionadas à mulher na vida pública. Tais comentários fazem referência direta ou indireta a mulheres de forma geral, à Marcela Temer ou à Dilma Rousseff, mulheres sobre as quais tratam as matérias publicadas. Foram identificados como fora do tópico os comentários que tratavam de política sem fazer menção, explícita ou implícita, ao tema das mulheres na vida pública. São exemplos assuntos como a operação Lava Jato, ou expressões genéricas como “não vai ter golpe”.

Nessa primeira codificação, utilizamos como amostra 10% de todos os comentários feitos no dia da publicação das matérias na página dos dois veículos. O teste de confiabilidade foi feito por meio de dois índices: a *porcentagem de concordância* e *kappa*¹¹. Chegamos a 98,34% de concordância e Kappa 0.784 na categoria *relevância*, e 98.5% de concordância e índice Kappa 0.781 na categoria *tópico*. Os dois códigos se mostraram, assim, confiáveis e consensuados entre as codificadoras.

Após essa primeira codificação, verificamos que os comentários relevantes e dentro do tópico tinham a seguinte proporção para Veja e para IstoÉ: 40% para primeira, o que corresponde proporcionalmente a 1161 comentários considerando o total de respostas ao *post*; e 25% na segunda, o que corresponde a 1230 comentários ao *post* na IstoÉ no período analisado.

Esses totais de comentários (1161 e 1230) compuseram o universo da pesquisa e serviram de base para seleção da amostra e codificação final.

Nessa segunda fase de codificação fizemos um teste de confiabilidade com 10% do universo total de *posts*, totalizando 239 comentários (116 na página da Veja e 123 na da IstoÉ). Para garantir uma amostra aleatória sorteamos as páginas do pdf dos comentários a serem codificadas. Já para garantir que o teste abrangesse todo o material, codificamos três momentos diferentes: comentários no início, no meio e no fim dia. Os índices Kappa se mostraram suficientes e os resultados demonstraram a confiabilidade das categorias¹².

¹¹ Os parâmetros para os índices kappa indicam que, entre 0 e 0.20, trata-se de um grau de acordo fraco. Entre 0.20 e 0.40, razoável. Entre 0.40 e 0.60, moderado. Entre 0.60 e 0.80, bom, e por fim,

¹² Para essa segunda fase de codificação fizemos um teste de confiabilidade com 10% do universo total de *posts*, totalizando 239 comentários (116 na página da Veja e 123 na da IstoÉ). Para garantir

O passo seguinte foi a codificação do *corpus* a partir de uma amostra de 95% de nível de confiança e 5% de erro amostral. Para os 1161 comentários da Veja, a amostra foi de 284. Para os 1230 comentários da IstoÉ, a amostra foi de 313. Foram codificados, então, para a análise, 597 comentários.

3.2. Categorias de análise

Nossas categorias de análise foram definidas com base nas discussões teóricas e no exame prévio dos *posts* que gerou um livro de códigos. A codificação foi dividida num nível mais descritivo – identificando o sexo¹³ do autor do comentário e se a postagem concordava ou não com a matéria – e num nível mais analítico – considerando a) atividade profissional, b) temperamento e relações sociais, quando relacionados às mulheres de modo geral ou à Dilma e Marcela.

O sexo foi identificado a partir do nome e das imagens do perfil. Já a concordância ou discordância foram identificadas em relação à abordagem ou ao conteúdo das matérias. Na categoria “concorda”, incluímos todos os *posts* que endossam ou reforçam as matérias, explícita ou implicitamente. A categoria “discorda” foi subdividida em outras seis: “Sem explicar o porquê” (“revista ridícula”, “que matéria é essa?!” etc.), “Falta de credibilidade” (“Cadê a fonte?”, “como vocês sabem isso?” etc.), “Falta de seriedade” (“Tá mais para Tititi”, “isso é revista de fofoca agora?” etc.), “Aponta machismo” (“só porque ela é mulher”, “isso é sexismo” etc.) e “Discorda por outros motivos” (motivo não listado).

No nível mais analítico, elencamos categorias referentes à atividade profissional, ao temperamento e às relações sociais, tanto em relação às mulheres em geral quanto a Dilma e Marcela. Partimos, num duplo-movimento, tanto da

uma amostra aleatória sorteamos as páginas do pdf dos comentários a serem codificadas. Já para garantir que o teste abrangesse todo o material, codificamos três momentos diferentes: comentários no início, no meio e no fim dia. Os índices Kappa se mostraram suficientes. Na categoria sexo, o kappa foi de 0.9864 para mulher e 0.9842 para homem. Na categoria *Concordância*, o kappa foi de 0.85 para concorda e variou entre 0.6031 e 0.6976 nos tipos de discorda. Nesse caso, o tipo discorda sem explicar os motivos obteve 0.4992, o que é considerado “moderado”. Na categoria *Atividade Profissional*, os índices variaram entre 0.500 e 0.8632. Na categoria *Temperamento*, os índices variaram entre 0.5802 e 0.8762. Na categoria *Relações Sociais*, os índices variaram entre 0.6495 e 1.0. Os resultados demonstraram a confiabilidade das categorias.

¹³ Apesar dos questionamentos ao binarismo de sexo, trata-se de uma identificação preliminar relevante para esta pesquisa já que, neste momento, precisávamos levantar elementos morais predominantes mobilizados ou questionados por essas categorias sociais hegemônicas ligadas ao sexo biológico (MIGUEL, 2014).

literatura que nos informa sobre as competências morais (Habermas, 1979) ou às “obrigações intersubjetivas” (Mendonça, 2007) valorizadas socialmente, como dos próprios aspectos destacados pelas revistas acerca das mulheres. Em *atividade profissional* investigamos a construção de valores acerca do exercício do trabalho de mulheres. A categoria *temperamento* se refere a algum aspecto da personalidade ou do comportamento. Já na categoria *relações sociais* nos referimos à valorização ou desvalorização de como a mulher se localiza e age em relação a um conjunto mais amplo de “outros”.

Em cada categoria, avaliamos se o autor do *post* apresenta elementos que valorizam ou desvalorizam as mulheres de modo geral, Dilma Rousseff ou Marcela Temer de modo específico. Para cada categoria, havia as opções “não aborda”, quando não era mencionada explicitamente no *post*, e “não foi possível identificar”. Chegamos aos seguintes códigos (Quadro 1):

QUADRO 1
Categorias e subcategorias de análise

	Atividade profissional	Temperamento	Relações Sociais
Valoriza	Atuação em casa; Atuação na política; Atuação em atividades relativas à beleza/corpo Atividades de estudo/instrução formal; Atuando onde deseja (questão de escolha).	Sensata; Equilibrada; Forte; Simples; Fina/sofisticada; Carinhosa; Delicada; Comportada/Recatada; Feminina.	Discreta; Obediente à família; Autônoma; Feminista; Decente/Recatada; De esquerda; De direita; Batalhadora; Amiga/companheira; Empoderada; Que é mãe.

Desvaloriza	Atuação em casa; Atuação em prostituição; Atuação na política; Atividade de estudo/instrução formal; Mulher corrupta; Mulher incompetente; Critica ausência de mulheres na política.	Histórica; “Megera/Má; Mandona; Masculinizada; Fraca; Exibida; Sofrida; Que se faz de vítima; Louca/descontrolada; Arrogante.	Que emite opiniões; Voltada para a família/lar; Feminista; Consumista; Esperta Invejosa ou frustrada; Baladeira; Promíscua; De esquerda; De direita; Interesseira/Oportunista; Falsa/mau caráter/mentirosa; Burra/ sem instrução / massa de manobra; Chata; Terrorista/Criminosa da ditadura.
--------------------	--	--	---

Fonte: Construção própria.

4. Resultados

De modo geral, a distribuição dos comentários por sexo aponta que, em relação ao *post* da IstoÉ, os homens participaram mais vezes, correspondendo a 56,37% do total, enquanto as mulheres foram responsáveis por 43,31% dos comentários¹⁴. Em relação ao *post* com a reportagem da Veja, esse cenário se inverte: mulheres com 55,83% e homens com 43,46%¹⁵.

4.1. Concordância

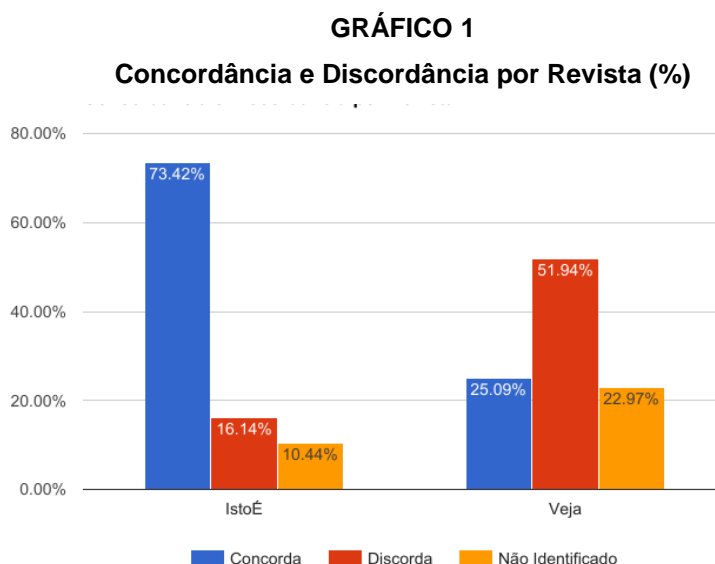
A maior parte dos comentadores (73,42%) da postagem da IstoÉ está de acordo com a postura editorial da revista em relação à presidenta Dilma (Gráfico 1). Desses, 56,47% eram homens e 43,53% mulheres. Em 16,14% dos comentários, encontramos discordância (Gráfico 1), sendo que, neste caso, a distribuição entre homens e mulheres ficou equilibrada e correspondeu a 50% cada. Contudo, quando

¹⁴ Não foi possível identificar sexo em 0,32% dos comentários.

¹⁵ Não foi possível identificar sexo em 0,75% dos comentários.

analisamos os motivos da discordância (Gráfico 2), 40% dos comentários de mulheres apontam o machismo, seguido por "falta de credibilidade" (25,71%) e "falta de seriedade" (20%) da revista¹⁶, como é possível ver nos respectivos exemplos: "louca, descompensada entre outros adjetivos usados jamais seriam usados para um presidente, do sexo masculino" (B.A.D., 2 abr. 2016¹⁷); "Não gosto governo Dilma mas as notícias aqui vinculadas pela IstoÉ , não merecem credibilidade!" (L.C.G., 2 abr. 2016); "É sério isso? Parece matéria do Sensacionalista" (D.F.B, 2 abr. 2016).

A síntese sobre as porcentagens de concordância e discordância dos comentadores sobre os posts dos veículos pode ser vista no Gráfico 1, a seguir:



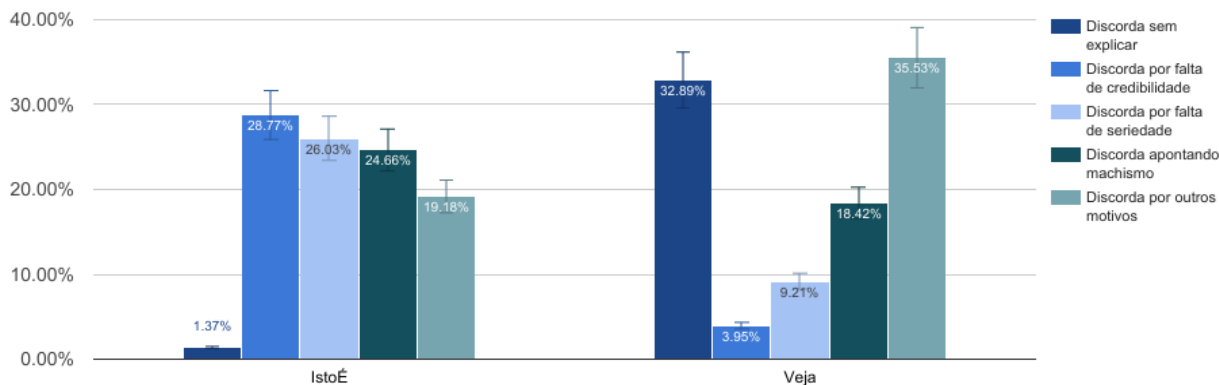
Fonte: Dados da pesquisa

Os principais motivos de discordância (Gráfico 2) para o público masculino foram "falta de credibilidade" (32,43%) e "falta de seriedade" (32,43%), seguido por "outros motivos" (24,32%), que, de uma forma geral se referem ao desinteresse pela notícia, como no exemplo: "E pra quê eu quero saber disso? Contanto que ela pague o conserto de tudo, pode" (B.A. 1 abr. 2016).

¹⁶ Os outros percentuais são: 2,86% discorda sem explicar e 11,43% discorda por outros motivos.

¹⁷ Ao apresentarmos comentários como exemplos dos resultados encontrados, mantivemos a grafia original e, por isso, a maioria apresenta erros ortográficos ou uma linguagem própria da internet. Também optamos por colocar apenas as iniciais do comentador, seguidas pela data de postagem.

GRÁFICO 2
Tipos de Discordância por Revista (%)



Fonte: Dados da pesquisa

Sobre a matéria de Veja "Bela, Recatada e do Lar", a maioria dos comentários apresentou discordância (51,94%), outros 25,09% concordavam e, em 22,97% não foi possível identificar (Gráfico 1). Dos que concordavam, 76% foram de homens e 24% de mulheres. Dos comentários que discordavam da abordagem da revista, 68,03% foram de mulheres e 30,61% de homens¹⁸.

Quando discordavam, as mulheres, em geral, não explicavam o motivo (36,19%), apontavam machismo (23,81%) ou apresentavam outros motivos (Gráfico 2). Neste último caso, foram recorrentes comentários como: "Tantas mulheres boas, simples, lindas e recatadas existem no nosso Brasil! Estão longe dos holofotes! São esquecidas, sofridas e lutadoras!" (V.K., 18 abr. 2016) ou "É tão bom ter motivo de cancelar a assinatura das revistas da abril..perderam um cliente pela matéria pobre, ridícula" (S.F., 20 abr. 2016).

Os homens, por sua vez não apresentavam justificativas para a discordância (22,22%) ou apontavam outros motivos (60%), neste caso geralmente, a depreciação do seu relacionamento com um homem mais velho por interesse financeiro, como em "o objetivo eh esse. Qt mais velho for, mas chance tem de morrer logo e aí herdar toda a fortuna" (R.R. 19 abr. 2016).

4.2. Atividade profissional

Quanto às atividades profissionais, a maior parcela dos comentários do *post* da

¹⁸ Em 1,36% não foi possível identificar.

Isto desvaloriza a mulher (56,83%), enquanto apenas 4,13% valorizam sua atuação em diferentes espaços profissionais. Em relação ao sexo dos autores dos comentários, principalmente mulheres valorizaram a atividade profissional de outras mulheres e destacaram a atuação política (61,54% contra 38,46% de comentários masculinos).

Já os posicionamentos que desvalorizavam a atuação profissional da mulher foram sustentados em 63,69% dos casos por homens e em 36,31% por mulheres. O principal fator de desvalorização é a incompetência (50% dos comentários de mulheres e 47,64% de homens), seguindo por "mulher corrupta" (33,64% Mulher; 27,75% Homem) e "atividade da política" (ou seja, criticam o fato de a mulher ocupar cargo político ou se relacionar com a política) (14,55% Mulher; 20,94% Homem).

Vejam exemplos de comentários nesses três últimos casos, respectivamente: "Mais um idiota defendendo esse governo incompetente" (F.L.C., 2 abr. 2016); "Então o que ela e os demais corruptos fazem não é desrespeito? Quantas pessoas morrem pelo interesse individual?" (A.G. 2 abr. 2016); "Mulher no comando de um país é uma tragédia, Eu nunca mas votarei numa mulher para comanda algo" (R.B. 2 abr. 2016).

As respostas ao *post* da Veja sobre a reportagem com Marcela Temer apontam um cenário relativamente distinto. A maioria dos comentários não fez menção a atividades profissionais (79,15%), outros 14,13% destacavam elementos de valorização da mulher e 6,36% de desvalorização. A proporção de comentários entre homens e mulheres foi praticamente equivalente (valoriza: 42,4% Mulher, 57,5% Homem; desvaloriza: 50% cada). Ainda assim as justificativas apresentadas eram distintas. Os homens ressaltaram positivamente de forma majoritária "atuando em casa e na família" (95,65%). Para mulheres, os fatores de valorização foram distribuídos, principalmente, entre "atuando em casa com a família" (36,84%) e "atuando onde deseja" (31,58%).

No caso da Marcela Temer, as respostas que desvalorizam a mulher abordam como fatores a "atividade em casa" (30%), relacionadas à prostituição e a atuação na política (ambas com 20%) e a "mulher corrupta" (15%). Exemplos desses casos são, respectivamente: "Dona de casa com um cartão de crédito ilimitado é fácil!" (R.O. 19 abr. 2016); "Qual a diferença entre uma mulher interesseira e uma prostituta? Se passa a ser uma figura pública julgamentos acabam acontecendo"

(J.F. 19 abr. 2016); “Enfim, a beleza chega no Palácio do Planalto!!!” (L.C.R. 19 abr. 2016); “Só comendo as custas do dinheiro que foi roubado pelo marido” (P.Y. 18 abr. 2016).

4.3. Temperamento

Os comentários sobre o *post* da IstoÉ fizeram bastante referência a aspectos de temperamento. A maioria abordou termos que desvalorizam a mulher (57,59%) e uma pequena porcentagem relacionou elementos de valorização (2,53%)¹⁹. Entre todas as ocorrências de desvalorização, a mais citada foi “louca ou descontrolada” (63,33%), seguida por “histérica” (17,78%). Nesse item, houve pouca diferença entre comentários de mulheres e homens (47,25% Mulher; 52,75% Homem).

Em geral, quando os códigos “louca ou descontrolada” era aplicado, encontramos comentários como “Não é de agora que Dilma mostra seu destemper, os discursos confusos e sem noção de realidade são veeeeeeelhos” (J.M., 1 abr. 2016). No caso do código “histérica”, encontramos: “Em uma visita a Termomecânica [...], esta @\$% (Senhora) obrigou aos gritos o motorista e seus seguranças a voltarem ao Hotel para buscar um casaco que havia esquecido” (E.M., 2 abr, 2016).

As referências positivas ocorreram pouco, entre elas destacam-se: “sensata” (33,33% do total de ocorrências), “equilibrada” (25%) e “mulher forte” (25%). As mulheres foram as que fizeram mais comentários positivos (75% Mulher; 25% Homem), como por exemplo: “q materia deplorável e pobre, admiro essa mulher por tudo que ela está passando e sofrendo, só desejo que ela possa passar essa fase e ficar em paz...” (E.F. 2 abr. 2016).

Nos comentários ao *post* de Veja, a ocorrência de referências a temperamento foi bem menor: 13,43% que valorizavam a mulher, 4,95% que desvalorizavam. 81,27% não abordaram temperamento e em 0,35% não foi possível identificar.

Os homens foram os que mais fizeram referências positivas ao temperamento (65,79% Homem; 34,21% Mulher). A categoria com maior destaque foi “comportada” (62,50%), seguida por “simples” (14,58%) e “forte” (10,42%). Entre os homens, a característica mais apontada foi “comportada” (96%) e, entre as mulheres, “simples”

¹⁹ 24,37% não abordou e não foi possível identificar em 15,51%.

(30,43%). Podemos observar o código “comportada” no seguinte exemplo: “tá com inveja isso sim kkkkkkkkkkk, essa é recatada mesmo...paulista do interior, linda, descente....foi pedida em namoro aos país” (J.C.J, 18 abr. 2016). Já a ideia de mulher “simples” está em “Sinceramente, eu 4.7 sem maquiagem, nunca fiz tratamentos de beleza, nem cirurgias plásticas, sou mamãe e avó de 4 lindos netos, solteirona, criei meu filho sozinha, construí minha casa simples, mas minha [...]” (O.P., 18 abr. 2016).

Em relação aos posicionamentos que desvalorizam a mulher, a categoria mais recorrente foi "que se faz de vítima" (53,33%), "exibida" (13,33%) e "louca ou descontrolada" (13,33%).

Uma forma de visualizar as categorias mais utilizadas pelos comentadores dos posts em relação ao temperamento das mulheres é a nuvem de palavras. Ela revela, além do nível de ocorrência (expresso no tamanho da palavra em relação a outras), a correlação entre as palavras.

Vejam, comparativamente, as nuvens de palavras dos comentários referentes ao post de cada revista (Figura 1, IstoÉ; Figura 2, Veja):

FIGURA 1
 Nuvem de palavras da categoria “Temperamento” nos comentários da revista IstoÉ



Fonte: Dados da Pesquisa.

FIGURA 2
 Nuvem de palavras da categoria “Temperamento” nos comentários da revista Veja



Fonte: Dados da pesquisa.

4.4. Relações sociais

Na categoria “relações sociais”, destacamos os comentários que valorizam ou desvalorizam o modo como a mulher se localiza ou age socialmente. No *post* da IstoÉ, houve predominância de comentários que desvalorizam a mulher (37,46%) em comparação com os que valorizam (4,13%). Entre os elementos negativos, teve destaque “falsa ou mau-caráter ou mentirosa” (49,13%), seguido por “burra” (18,50%) e “de esquerda” (10,40%). Os homens foram os que mais fizeram esse tipo de comentário (35,59% Mulher; 63,56% Homem).

Essas subcategorias podem ser ilustradas com as falas a seguir: “Pra Dilma e Lula, todo dia é dia da mentira” (M.M., 3 abr. 2016); “A jumenta sabe que a casa está caindo” (C.B., 1 abr. 2016); “A vadia comunista que vc defende mostrou a cara de guerrilheira psicopata e a culpa é de quem informa? Vai comer mortaNdela que vc ganha mais!” (S.R.C, 1 abr. 2016).

A respeito dos elementos de valorização, os mais recorrentes foram “empoderada” (16,67%) e “decente” (16,67%). Por exemplo: “Dilma é uma mulher não um resto de homem frustrado” (J.P., 2 abr. 2016). Nessa categoria, as mulheres as que mais comentaram (53,85% Mulher; 38,46% Homem).

Sobre os comentários ao *post* de Veja, verificamos que 30,31% desvalorizam a

mulher e 13,2% valorizam²⁰. Dos que desvalorizam, a maioria foi de homens (36,78% Mulher; 62,07% Homem). Os elementos mais recorrentes nessa categoria foram: “interesseira ou oportunista” (51,02%), por exemplo “O que o dinheiro não faz...” (M.A.D, 20 abr. 2016), e “invejosa ou frustada” (16,33%), como em “Mulheres falam mal de mulheres, isso é normal” (M.G. 18 abr. 2016).

Dos que desvalorizam, os homens também foram os principais comentaristas (39,48% Mulher; 60,53% Homem) e as categorias mais valorizadas foram “obediente à família” (15,09%), por exemplo: “é uma família estruturada com filho, recatada, discreta e sensatos” (F.L.D 18 abr. 2016), e “batalhadora” (13,21%), como “dolar é quem acorda as 5 da manhã e pega cinco onibus e ganha salario minimo faz faxina em varias casas pra sobreviver enfrenta metro lotado tds os dias” (G.Q. 19 abr. 2016).

5. Análise: mapa de moralidades

A proposição do nosso mapa de moralidades a partir das conversações informais analisadas pode se dividir em três pontos: a) sentidos sedimentados historicamente pela hierarquia moral, b) sentidos desafiados e a proposição de novas gramáticas morais e c) a articulação do sentido de injustiça como típico de um grupo.

Podemos considerar indicativos de uma moralidade da mulher em relação ao trabalho feminino ao considerar a) o alto número de concordâncias com a matéria da revista IstoÉ (73,42%), sendo a maioria de comentários que desvalorizam a mulher na atividade profissional política (56,83%), b) a supervalorização do trabalho em casa e na família nos comentários relacionados à postagem da Veja (72,5% dentre aqueles que valoram positivamente) e c) a caracterização de incompetência na IstoÉ (48,5% dentre os que valoram negativamente).

A divisão sexual do trabalho que se apresenta reforça o papel do cuidado do lar e da família como tarefa das mulheres (Okin, 2008; Cal, 2016) ao passo que caracteriza negativamente a mulher na política. Marcela e Dilma parecem representar os pólos dessa topografia moral que define a atividade laboral dentro de casa como de mais valor para a mulher. Ainda que cada uma das reportagens

²⁰ 55,75% não abordam e em 0,70% não é possível identificar.

pautem a natureza das discussões, sentidos sobre o papel da mulher no trabalho são desvelados a despeito disso. Está em questão o lugar da mulher na vida pública e no universo do trabalho, transcendendo as questões individuais de Dilma ou Marcela. Esses elementos morais que restringem o lugar das mulheres na vida pública representam um grande desafio para que as mulheres ocupem lugares de decisão e sejam reconhecidas como capazes e competentes nessa área. E, como apontam Mota e Biroli (2014), a ausência de mulheres nessas esferas, prejudica a transformação de suas experiências e interesses em pautas políticas consistentes.

As esferas do trabalho e da família são segundo Taylor (1997) aquelas mais importantes na hierarquia social e moral. São elas que passam a definir o lugar das atividades superiores e mais importantes na modernidade. Segundo ele, a afirmação da vida cotidiana contém as duas vertentes da configuração moral ocidental: a razão instrumental, cujo lugar privilegiado é a economia e o mundo do trabalho; e o expressivismo das subjetividades que tem no casamento baseado em sentimentos talvez sua objetificação mais importante. A manutenção do valor do mundo do trabalho e da família requer essa divisão sexual do trabalho para a sua manutenção.

Da mesma maneira, Taylor (1997) identifica em sua topografia moral das relações sociais que a racionalidade é uma importante virtude na modernidade, bem como a “resolução, determinação, controle e as virtudes do guerreiro” (SOUZA, 2000, p. 138). São valorizadas na modernidade a noção de eficiência, poder, razão instrumental, neutralidade e proceduralismo puro. “A “boa vida” nesse contexto é definida como controle racional e eficiente de si, dos outros e da natureza” (SOUZA, 2000, p. 138).

Historicamente as mulheres são consideradas mais emotivas enquanto os homens mais racionais. Temperamentos considerados não racionais são vistos negativamente no que tange à vida pública – seara por princípio racional e procedimental -, conforme evidenciado nos comentários da IstoÉ. Em 63,33% dos comentários negativos, Dilma é chamada de louca ou descontrolada e em 17,78% de histérica. São características negativas tradicionalmente associadas à mulher e que servem para desqualificar a sua atuação política. Já nos comentários da página da Veja, comportada foi o adjetivo mais utilizado para caracterizar o temperamento de Marcela de maneira positiva. Da mesma forma, emitir opiniões, ser falsa, mau-caráter e burra foram características relacionadas às relações sociais estabelecidas

por Dilma. Enquanto “decente” foi a principal referência às relações sociais estabelecidas por Marcela. Nota-se que os atributos da discrição e decência são valorizados e apreciados para uma mulher na vida pública. Quanto menos opiniões emitidas e expressões em público mais valor é atribuído a esse comportamento.

Conforme discutido anteriormente, muito da moralidade que ancora a imagem da mulher na vida pública é historicamente configurada por essa hierarquia que subjaz a divisão sexual do trabalho. Entretanto, a partir de interações sociais e do desvelamento de determinadas questões, critérios valorativos podem ser questionados, desestabilizando determinadas moralidades e propondo aquilo que Honneth (2003) chama de novas gramáticas morais. Isso pode ser identificado nas críticas que são feitas às matérias da IstoÉ e da Veja.

Sensata, equilibrada e mulher forte são termos recorrentes utilizados para caracterizar Dilma e contrapor o posicionamento da revista. Ao mesmo tempo, o fato de Marcela se dedicar ao lar é questionado e considerado negativo por 30% do universo dos comentários negativos. O próprio posicionamento de quem discorda da revista, cerca de 50%, revela essas moralidades desafiadas a partir de novos sentidos sobre ser mulher na política ou na vida pública.

Por fim, consideramos no nosso terceiro nível de análise o fato de que a) a maior parte dos que concordam com a abordagem da IstoÉ são homens, b) dentre os que discordam tanto da Veja quanto da IstoÉ, apenas as mulheres consideram machista as abordagens, c) a maior parte dos que concordam com a abordagem da Veja são homens (76%), d) a desvalorização da atuação da mulher na vida política é feita nas duas revistas, majoritariamente, por homens, enquanto as mulheres valorizam a possibilidade de escolha profissional das mulheres e e) são as mulheres que no geral fazem mais comentários positivos em relação às duas matérias.

Isso significa que os processos de identificação de gênero a partir da visibilidade e das experiências de Dilma e Marcela leva os sujeitos a compartilharem um vocabulário comum sobre a condição de mulher, articulando essa condição a um “quadro de interpretações intersubjetivo que os comprova como típicos de um grupo inteiro” (HONNETH, 2003, p. 258). Essa semântica coletiva é essencial para o surgimento da identificação de questões de injustiça como típica da categoria das mulheres. Essas identificações entre mulheres passam a compor um horizonte de

interpretação que dá sentido e motiva a luta de um grupo, além de arrancar outros que vivem os mesmos problemas da situação paralisante de injustiça

Considerações finais

O mapa de moralidades é construído por meio do que chamamos de padrões, compostos por um agrupamento de significantes e suas respectivas semânticas. Ainda que espaços de visibilidade potencialmente abertos ao debate, como são as redes sociais online, possam alterar modos conservadores de compreender a atuação das mulheres na política, um mapa de moralidades indica que isso não é suficiente. Posicionamentos intolerantes ou conservadores ganham a arena pública por meio dos *media* exatamente porque fazem parte da vida social de forma latente e são mobilizados nas discussões que os sujeitos travam online.

Entretanto, a pesquisa que empreendemos desenha esse quadro da cristalização de valores e de um pano de fundo moral conservador a respeito da participação na vida pública, mas também aponta fatores que desafiam esses padrões e vislumbram a articulação do sentido de injustiça como típico de um grupo – as mulheres, no nosso caso. Outro achado importante deste estudo se refere aos valores/posicionamentos acionados de modo distinto por homens e por mulheres, o que nos ajuda a compreender a tessitura social desse pano desse fundo moral e, com isso, estabelecer elementos consistentes para questioná-lo.

Trata-se da exposição de dados iniciais de uma pesquisa em andamento, portanto, ainda com uma série de possíveis questões e cruzamentos entre as categorias. Os resultados apresentados indicam a proficuidade da agenda de pesquisa que propomos sobre moralidades, mulheres, política e comunicação.

Referências

- ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana** [1958]. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1991, p.15-90.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BIROLI, F. O público e o privado. In: MIGUEL, L.F.; BIROLI, F. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 31-46.
- CAL, Danila. **Comunicação e Trabalho Infantil Doméstico**: política, poder, resistências.

Salvador: EDUFBA, 2016. Disponível em < <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19357>>. Acesso em 15 jun. 2016.

COHEN, J. A coefficient of agreement for normal scales. **Educational and Psychological Measurement**, v. 20, n.1, 1960.

FRANÇA, V. Sujeitos da Comunicação, sujeitos em comunicação. In: FRANÇA, V.R.V.; GUIMARÃES, C.. (Org.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, v. 1, p. 61-88.

GARCÊZ, R.; CAL, D. Deslizes morais na cena midiática: reprodução da intolerância ou oportunidade para novas gramáticas morais? **E-compós**, Brasília, v.16, n.2, maio/ago. 2013.

GOMES, Wilson. Da discussão à visibilidade. In: GOMES, W.; MAIA, R. **Comunicação e Democracia: problemas e perspectivas**. Paulus: São Paulo, 2008b, p. 117 a 155.

HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, J. **Communication and the Evolution of Society**. Boston: Beacon Press, 1979.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. Tradução Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003. KOFES, Suely. Categorias analítica e empírica: gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações. **Cadernos Pagu**, n. 1, p. 19-30, 2005. Disponível em < <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1678>>. Acesso em 10 set.2016.

LINHARES, J. Bela, recatada e "do lar". **Revista Veja**, 18 abr. 2016. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Acesso em> 03 mar. 2017

MCNAY, Lois. **Against Recognition**. Cambridge, UK, Malden, MA: Polity Press, 2008 – pp. 1-23; 162-197.

MAIA, R. C. M. **Deliberation, the media and political talk**. New York, NY: Hampton Press, 2012.

MAIA, Rousiley C. M. **Mídia e deliberação**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2008.

MAIA, R. C. M. **Recognition and the Media**. 1ed.Hampshire: Palgrave Macmillan, 2014

MARKELL, P. **Bound by Recognition**. Princeton: Princeton University Press, 2003.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 16, n. 2, p. 333-357, Aug. 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 out. 2016.

MENDONÇA, R. F. Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado Habermasiano. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 29, p. 169-185, Nov. 2007.

MIGUEL, L. F. A identidade e a diferença. In: MIGUEL, L.F.; BIROLI, F. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 79-93.

MOTA, Fernanda Ferreira; BIROLI, Flávia. O gênero na política: a construção do “feminino” nas eleições presidenciais de 2010. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 197-231, 2016.

MOUFFE, C. Feminism, Citizenship, and Radical Democratic Politics. In: BUTLER, J.; SCOTT, J. **Feminists Theorize the Political**. London: Routledge, 1992, p.369-384.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n 2, p. 305-332, mai/ago. 2008.

PARDELLAS; S.; BERGAMASCO, D. Uma presidente fora de si. **Revista IstoÉ**, nº 2417, 06 abr 2016. Disponível em <http://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/>. Acesso em> 03 mar. 2017.

SARDENBERG, Cecília. Back to women? Translations, resignifications and myths of gender in policy and practice in Brazil. In: CRONWELL, A.; HARISSON, E.; WHITEHEAD, A. (eds) **Feminisms in development: Contradictions, contestations and challenges**. London: Zed Books, 2007, p. 48-64

SOUZA, Jessé. Charles Taylor e a teoria crítica do reconhecimento. In: SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: UnB, 2000.

TAYLOR, Charles. **Argumentos Filosóficos**. Loyola, 1995.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self**. São Paulo: Loyola, 1997

TSE. **Estatísticas Eleitorais 2016** – Eleitorado. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2016/eleicoes-2016>>. Acesso em 10 nov.2016.

WARREN, M. What should and should not be said: Deliberating Sensitive Issues. **Journal of Social Philosophy**, v.37, n. 2, p.163-181, 2006.